JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.11.17 06:03:50 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 17 de novembro de 2023 • Nº 1684 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IMPOSTO

STF barra ação contra CSLL e arrecadação deve aumentar

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, ontem, maioria de votos para manter a decisão da Corte que pode aumentar a arrecadação do governo federal. O julgamento trata da constitucionalidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Até o momento, seis ministros votaram pela rejeição de recursos para restringir a decisão da Corte, que, em 2007, validou a cobrança da CSLL. Apesar do entendimento formado, um pedido de vista do ministro Dias Toffoli suspendeu a conclusão do julgamento. O julgamento do caso é aguardado pela equipe econômica do governo. Com a posição favorável do STF, a Receita Federal poderá exigir o pagamento de valores retroativos a partir de 2007. PÁGINA 2

JUSTIÇA VICIADA

DIVULGAÇÃO

Juíza condena Jornalista por reportagem que denunciou juiz

A jornalista Schirlei Alves (**foto**), do portal Intercept Brasil, foi condenada a penas que resultam em um ano de detenção em regime aberto e R$ 400 mil de multa por reportagem sobre o julgamento da acusação de estupro contra a influenciadora Mariana Ferrer. A decisão da juíza Andrea Cristina Rodrigues Studer, da 5ª Vara Criminal da Comarca de Florianópolis, é referente à ação movida pelo promotor Thiago Carriço e o juiz Rudson Marcos contra a jornalista por difamação a funcionário público. A reportagem denunciou as condutas do promotor e do juiz durante o julgamento do empresário André de Camargo Aranha, acusado de estuprar Mariana Ferrer em um clube em Florianópolis. A matéria se baseou em vídeos gravados da audiência de instrução que mostram que Mariana Ferrer foi humilhada e constrangida pelo advogado de defesa do acusado, Cláudio Gastão da Rosa Filho. Nesta semana, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu punir com advertência o juiz Rudson Marcos, por ter sido omisso durante a audiência. PÁGINA 3

DE OLHO EM 2024

DIVULGAÇÃO

Em busca de votos, Nunes fala em romper contrato com Enel

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (foto), disse ontem que pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o rompimento do contrato com a Enel, concessionária que distribui energia na cidade. Segundo o prefeito, além da interrupção do fornecimento de energia durante recentes chuvas, a empresa tem demorado a fazer ligações em obras municipais. "O que eu pedi para a Agência Nacional de Energia Elétrica é que cancelasse o contrato com a Enel. Não é só por conta dessas chuvas, das rajadas de vento do dia 3 de novembro. A gente já vinha, há um tempo, discutindo com a Enel uma série de questões", disse Nunes em entrevista. De acordo com o prefeito, unidades básicas de saúde (UBSs) e conjunto habitacionais ainda não foram inaugurados por causa da demora da empresa em começar o fornecimento de energia. " PÁGINA 3

IIF

Brasil deve crescer 3,2% em 2023 e só 2,4% em 2024

O Instituto de Finanças Internacionais (IIF) prevê que o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil será de 3,2% em 2023 e 2,4% em 2024, enquanto o avanço da América Latina, excluindo Argentina, deverá ser de 2,5% em 2024. Segundo o relatório, a projeção do Brasil implica um desempenho uniformemente distribuído entre os setores. "Ainda assim, os preços das matérias-primas impulsionarão as atividades agrícolas e energéticas". PÁGINA 2

PORTARIA

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Comércio: trabalho em feriados exigirá convenção coletiva

A partir de agora, o trabalho no comércio nos feriados exigirá negociação coletiva com os sindicatos. Portaria do Ministério do Trabalho - estabelece a exigência de concordância dos trabalhadores. A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) comemorou a medida. "A medida foi resultado de uma articulação das entidades sindicais, em especial das confederações, que defenderam, junto ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho (**foto**)". PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: 1,2% / 124.639,24 / 1.473,48 / Volume: R$ 53.120.898.431 / Negócios: 5.965.769

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	2.19	+24.43	+0.43
CASAS BAHIA ON NM	0.580	+11.54	+0.060
BRF SA ON NM	13.86	+8.03	+1.03
COGNA ON ON NM	3.11	+7.24	+0.21
USIMINAS PNA N1	7.58	+7.21	+0.51

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
PETRORIO ON NM	45.33	–3.53	–1.66
3R PETROLEUMON NM	31.690	–2.58	–0.840
CIELO ON EJ NM	3.85	–2.28	–0.09
SAO MARTINHOON NM	33.98	–2.05	–0.71
PETROBRAS ON N2	37.92	–2.02	–0.78

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	35.55	–1.74	–0.63
VALE ON NM	74.10	+0.67	+0.49
ITAUUNIBANCOPN N1	30.31	+1.61	+0.48
PETRORIO ON NM	45.33	–3.53	–1.66
BRADESCO PN N1	15.57	+3.46	+0.52

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	34.945,47	-0,13
NASDAQ Composite	14.113,672	+0,07
CAC 40	7.168,4	-0,57
FTSE 100	7.410,97	-1,01
DAX	15.786,61	+0,24
Ftse Mib	29.258,1	-0,71

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	0,50% (out.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA-15**	0,21% (out.)	Compra: 5,3330	Venda: 5,5130
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/11)	12,25%	(01/11)	12,15%	Compra: 4,8575	-0,22%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(16/11)	0,6070%	BM&F/grama	R$ 309,94	Compra: 4,4608	Venda: 4,8614
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(16/11)	0,1065%	Compra: 5,2895	Venda: 5,2901	Compra: 4,8787	Venda: 5,0587

Economia

MERCADOS

Bovespa sobe 1,2%, a 124,6 mil pontos, maior desde julho de 2021

CÍCERO COTRIM/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 1,2% ontem e encerrou o dia com 124.639,24 pontos, acima da linha de 124 mil pontos pela primeira vez desde o fim de julho de 2021, acompanhando a expectativa de fim do aperto monetário nos Estados Unidos e de manutenção da meta fiscal de déficit primário zero em 2024 pelo governo brasileiro.

Esse otimismo manteve o índice em alta durante praticamente toda a sessão, entre a mínima de 123.165,30 (0,0%) e a máxima de 124 736,97 pontos (+1,28%), apesar da firme queda dos preços do petróleo, que derrubou as ações da Petrobras.

O giro financeiro bateu R$ 43,4 bilhões, bem acima dos últimos pregões.

Esses fatores compensaram mesmo a queda dos papéis da Petrobras (ON -1,74%, PN -2,02%), que, juntos, retiraram 0,2 ponto porcentual do Ibovespa ontem. O desempenho da empresa acompanhou os contratos futuros do petróleo, que fecharam em baixa de 4,63% (Brent) a 4,81% (WTI), nos menores níveis desde julho, devido a temores em relação à demanda dos EUA e China pela commodity.

Outras duas petroleiras, Prio ON (-3,53%) e 3R Petroleum (-2,58%), figuraram como as duas maiores quedas do índice hoje.

No fechamento, 70 das 86 ações que compõem o Ibovespa (Índice Bovespa) tiveram ganhos. A queda dos juros futuros beneficiou os papéis de varejistas, o que levou o índice setorial de consumo a uma alta de 2,87%. Magazine Luiza ON (+24,43%) liderou as altas da Bolsa - beneficiada por fatores técnicos após ter reportado ajustes contábeis junto com seu balanço - seguida por Casas Bahia ON (+11,54%).

O setor financeiro também teve alta na sessão (+1,59%), puxada por Bradesco (PN +3,46%, ON +2,76%). O segmento de materiais básicos subiu 1,69%, ignorando a queda dos preços do minério de ferro e acompanhando a discussão sobre novos estímulos na China e sobre a melhora na cooperação bilateral após o encontro entre o presidente do país, Xi Jinping, e o presidente americano, Joe Biden. Vale ON ganhou 0,67%, CSN ON subiu 6,91% e Usiminas PNA, 7,21%.

Entre as maiores altas do Ibovespa, além de Magazine Luiza, Casas Bahia e Usiminas, também apareceram BRF ON (+8,03%) e Cogna ON (+7,24%). Na ponta oposta, além de Prio ON, 3R Petroleum e Petrobras ON, apareceram Cielo ON (-2,28%) e São Martinho ON (-2,05%).

DÓLAR

Após trocas de sinal ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,17%, cotado a R$ 4,8701.

IIF

Brasil deve crescer 3,2% em 2023 e 2,4% em 2024

NATÁLIA COELHO E ANDRÉ MARINHO/AE

O Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês) prevê que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil será de 3,2% em 2023 e 2,4% em 2024, enquanto o avanço da América Latina, excluindo Argentina, deverá ser de 2,5% em 2024.

Segundo o relatório, a projeção do Brasil implica um desempenho uniformemente distribuído entre os setores. "Ainda assim, os preços das matérias-primas impulsionarão as atividades agrícolas e energéticas, uma mudança estrutural que não só impulsionará o superávit comercial do Brasil, mas também se tornará um importante catalisador de crescimento".

Já para a América Latina, o IIF indica que, embora a tensões geopolítica tenham se intensificado, a região continuará se beneficiando de fatores como sua posição como produtor de matérias-primas, sua localização estratégica longe de grandes conflitos e o reequilíbrio dos fluxos de capital para os mercados emergentes. "No meio da remodelação da cadeia de abastecimento global, o crescimento sólido nos principais parceiros comerciais, como os EUA e a China, onde temos previsões acima do consenso, também deverá reforçar as economias da América Latina".

Ainda, a dinâmica favorável da desinflação e a elevada credibilidade do banco central permitirão uma flexibilização substancial da política monetária, proporcionando apoio adicional, aponta a instituição, indicando que a inflação deve cair ainda mais em 2024, "abrindo caminho para uma flexibilização constante da política monetária na maioria dos países, facilitada pela maior credibilidade do banco central".

Em relação à Argentina, o IIF espera uma queda de 2,4% em 2023 e de 1,3% em 2024, considerando que o novo governo, que será decidido neste domingo, 19, terá de "implementar um plano de estabilização, incluindo medidas de austeridade fiscal, para combater a inflação de três dígitos e reconstituir as reservas externas".

IMPOSTO

STF barra ação contra CSLL e arrecadação deve aumentar

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, ontem, maioria de votos para manter a decisão da Corte que pode aumentar a arrecadação do governo federal. O julgamento trata da constitucionalidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Até o momento, seis ministros votaram pela rejeição de recursos para restringir a decisão da Corte, que, em 2007, validou a cobrança da CSLL. Apesar do entendimento formado, um pedido de vista do ministro Dias Toffoli suspendeu a conclusão do julgamento.

O julgamento do caso é aguardado pela equipe econômica do governo. Com a posição favorável do STF, a Receita Federal poderá exigir o pagamento de valores retroativos a partir de 2007 e aumentar a arrecadação do governo.

Nos recursos julgados, empresas buscam modular os efeitos da decisão para permitir que a cobrança de retroativos ocorra somente a partir de fevereiro deste ano, quando o Supremo confirmou a eficácia da decisão de 2007.

O processo trata da chamada "coisa julgada", processos em que não cabe mais recurso. Pelo entendimento do Supremo, mesmo após o fim do processo, eventual decisão desfavorável da Corte pode reverter o resultado de processos finalizados. O entendimento vale somente para casos tributários.

VOTOS

Durante a sessão, o ministro Luís Roberto Barroso, relator das ações julgadas, reafirmou que uma sentença, mesmo transitada em julgada, perde os efeitos após decisão contrária da Corte.

"Se mudar a jurisprudência, tal como firmada pelo STF, muda-se o direito, e, portanto, a coisa julgada tem que se curvar à nova legislação sempre perspectivamente, nunca retroativamente", afirmou.

O ministro Luiz Fux abriu divergência e entendeu que a "coisa julgada" não pode ser desconstituída automaticamente, sem ação rescisória para desfazer a primeira decisão.

"Uma pessoa que tem um trânsito em julgado, ela não pode ser cobrada sem que se respeite aquele caso julgado", completou.

O caso trata de um contribuinte que conseguiu uma liminar para não pagar a CSLL. Na década de 1990, o processo transitou em julgado após o julgamento de todos os recursos possíveis. No entanto, em 2007, o Supremo entendeu que o imposto é constitucional e deve ser pago a partir da data de julgamento. O período anterior não poderá ser cobrado pela Receita.

COMÉRCIO EXTERIOR

FMI: AL e Caribe não aproveitam potencial

NATÁLIA COELHO/AE

O Fundo Monetário Internacional (FMI) avalia que, embora os países na América Latina e no Caribe tenham feito progresso na abertura comercial, a maioria não está aproveitando plenamente o potencial do comércio internacional. Segundo artigo publicado no blog da instituição, "a soma das exportações e importações de bens e serviços representa apenas 47% do Produto Interno Bruto (PIB) da região, cerca de 20 pontos porcentuais abaixo do nível de outros mercados emergentes em todo o mundo".

O documento também indica que o comércio entre os países da região está atrasado e se manteve praticamente estável, representando menos de 20% do comércio total da América Latina.

BALANÇO

Americanas divulga prejuízo de R$ 19,1 bilhões em 2021 e 2022

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Prestes a ter o plano de recuperação judicial votado, as Lojas Americanas divulgaram ontem o tamanho do prejuízo após as descobertas de fraudes contábeis no início do ano. Em 2021 e 2022, a companhia acumulou prejuízo de R$ 19,1 bilhões, dos quais R$ 6,2 bilhões em 2021 e R$ 12,9 bilhões no ano passado, o maior rombo anual da história da empresa.

O balanço de 2021, que originalmente apontava lucro de R$ 544 milhões, foi revisado. Adiado por quatro vezes, o balanço de 2022 ainda não tinha sido divulgado. A divulgação dos resultados é condição para que o plano de recuperação judicial possa ser votado pela assembleia de credores. A votação está prevista para ocorrer na terceira semana de dezembro.

Em 19 de janeiro, as Lojas Americanas entraram em recuperação judicial, com dívidas declaradas de R$ 49,5 bilhões. Uma semana antes, em 11 de janeiro, o então CEO da companhia pediu demissão ao descobrir "inconsistências contábeis" em torno de R$ 20 bilhões.

Posteriormente, assessores jurídicos envolvidos no plano de recuperação judicial apontaram que as gestões anteriores inflaram os lucros das Lojas Americanas em R$ 25,3 bilhões. O valor refere-se a vários anos, mas a empresa não informou por quantos anos perdurou a maquiagem contábil.

Os novos balanços enfrentam resistências. Contratada em junho para auditar a contabilidade das Lojas Americanas, a firma de auditoria BDO não deu o aval para os números. Em relatório anexo aos resultados, os auditores informaram não expressar opinião sobre as demonstrações contábeis porque "não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas".

BANCO CENTRAL

Crédito mais flexível para PJ no 3º trimestre

EDUARDO RODRIGUES/AE

O Banco Central divulgou ontem, o resultado da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC), que procura captar as tendências do mercado de crédito bancário a partir das percepções das principais instituições financeiras. Em relação ao terceiro trimestre deste ano, os bancos destacaram que as condições de oferta de crédito para empresas foram mais flexíveis para as empresas do que para as famílias, com destaque para o segmento das maiores companhias.

Já para o último trimestre do ano, a expectativa é de que o crédito será mais flexível em todos os segmentos, com exceção dos financiamentos habitacionais.

As instituições financeiras que participaram da pesquisa avaliam que a demanda de crédito continuará em níveis positivos para todos os segmentos no quarto trimestre de 2023, impulsionada principalmente pela redução da taxa de juros. Já a inadimplência deve ficar relativamente estável em relação ao terceiro trimestre do ano.

PORTARIA

Trabalho no comércio em feriados passa a exigir convenção coletiva

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir de agora, o trabalho no comércio nos feriados exigirá negociação coletiva com os sindicatos. Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego - publicada na terça-feira passada no *Diário Oficial da União* - estabelece a exigência de concordância dos trabalhadores.

Segundo a portaria, apenas as feiras livres poderão abrir nos feriados sem acordo coletivo. A medida altera uma portaria de 2021 que regulamentava o trabalho em atividades comerciais.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) comemorou a medida. Para a entidade, a portaria repara um erro histórico. "A medida foi resultado de uma articulação das entidades sindicais, em especial das confederações, que defenderam, junto ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a necessidade de reparar um erro histórico que começou no governo de Michel Temer, quando foi desrespeitada a legislação que garantia o direito dos trabalhadores do comércio de negociar as condições de trabalho em feriados".

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por sua vez, manifestou preocupação com os termos da portaria.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 38º 21º 85% 05:13 18:31 **PRIMAVERA:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e a noite.

JUSTIÇA VICIADA

Juíza corporativista condena Jornalista em apoio a colega

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

A jornalista Schirlei Alves, do portal Intercept Brasil, foi condenada a penas que resultam em um ano de detenção em regime aberto e R$ 400 mil de multa por reportagem sobre o julgamento da acusação de estupro contra a influenciadora Mariana Ferrer. A decisão da juíza Andrea Cristina Rodrigues Studer, da 5ª Vara Criminal da Comarca de Florianópolis, é referente à ação movida pelo promotor Thiago Carriço e o juiz Rudson Marcos contra a jornalista por difamação a funcionário público.

A reportagem denunciou as condutas do promotor e do juiz durante o julgamento do empresário André de Camargo Aranha, acusado de estuprar Mariana Ferrer em um clube em Florianópolis. A matéria se baseou em vídeos gravados da audiência de instrução que mostram que Mariana Ferrer foi humilhada e constrangida pelo advogado de defesa do acusado, Cláudio Gastão da Rosa Filho.

Nesta semana, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu punir com advertência o juiz Rudson Marcos, por ter sido omisso durante a audiência. Na avaliação dos conselheiros do CNJ, o advogado do empresário humilhou e desrespeitou a influenciadora por várias vezes sem que o juiz ou o promotor de Justiça Thiago Carriço de Oliveira interviessem.

REAÇÃO

Nas redes sociais, Schirlei Alves agradeceu as mensagens de apoio e solidariedade. "Como vocês sabem, fui condenada a prisão em regime aberto + indenização de R$ 400mil por fazer jornalismo honesto! É um caso sem precedentes. Precisamos levantar a nossa voz! Obrigada a quem luta comigo, por mim e pela liberdade de imprensa", escreveu a jornalista.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina (SJSC) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) repudiaram a condenação. Segundo as entidades, a decisão "é injusta e decorre em grave atentado à liberdade de imprensa".

"A desproporção da pena em si, por ter supostamente cometido crime de difamação, é indício de que a decisão pode ter sido guiada por um sentimento de corporativismo que acaba cumprindo o objetivo de intimidar denúncias jornalísticas contra juízes e promotores", diz a nota das entidades, ressaltando que a reportagem de Schirlei certamente corroborou para a criação da Lei Mari Ferrer, hoje em vigor no Brasil, que prevê punição para atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos.

A Associação Catarinense de Imprensa divulgou nota de repúdio se solidarizando com a repórter e colocou sua estrutura e rede de apoio para buscar reverter a decisão judicial "que fere gravemente a liberdade de imprensa", segundo a entidade.

O PT de Santa Catarina também divulgou nota de solidariedade a Schirlei Alves, classificando a pena como "desproporcional e típica de tempos estranhos". "Não vamos aceitar esta arbitrariedade. Não vamos deixar que Santa Catarina fortaleça a triste imagem de um estado de exceção, que cala jornalistas e proíbe livros nas escolas", diz o partido.

DE OLHO EM 2024

Em busca de votos, Nunes fala em romper contrato com a Enel

DANIEL MELLO/ABRASIL

WILSON DIAS/ABRASIL

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (**foto**), disse ontem que pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o rompimento do contrato com a Enel, concessionária que distribui energia na cidade. Segundo o prefeito, além da interrupção do fornecimento de energia durante recentes chuvas, a empresa tem demorado a fazer ligações em obras municipais.

"O que eu pedi para a Agência Nacional de Energia Elétrica é que cancelasse o contrato com a Enel. Não é só por conta dessas chuvas, das rajadas de vento do dia 3 de novembro. A gente já vinha, há um tempo, discutindo com a Enel uma série de questões", disse Nunes em entrevista.

De acordo com o prefeito, unidades básicas de saúde (UBSs) e conjunto habitacionais ainda não foram inaugurados por causa da demora da empresa em começar o fornecimento de energia. "Eu tenho cinco UBS que estão prontas, aguardando a Enel fazer a ligação de energia. Há um conjunto todo habitacional para inaugurar na Vila Olímpia, que a gente não consegue, porque tem cinco meses que a Enel não vai fazer a ligação de energia", acrescentou.

FALTA DE LUZ

Até o final da manhã de ontem, cerca de 63 mil residências e pontos comerciais ainda estavam sem energia depois do temporal que atingiu a Grande São Paulo no início da noite de quarta-feira passada. Em nota, a Enel, afirmou que tinha restabelecido o fornecimento para 78% dos clientes que sofreram com a falta de luz.

A prefeitura já havia entrado com ação na Justiça devido aos transtornos enfrentados após as chuvas do último dia 3 de novembro. O temporal, acompanhado de fortes rajadas de vento, deixou sem luz 2,1 milhões de pessoas na cidade de São Paulo. Em alguns locais da cidade, o abastecimento demorou cinco dias para ser restabelecido.

XENOFOBIA

Repatriado de Gaza recebe ameaças no Brasil e pede proteção ao governo

CAROLINA PIMENTEL/ABRASIL

Após desembarcar no Brasil, na última segunda-feira, o palestino com cidadania brasileira Hasan Rabee e a família passaram a receber ameaças pelas redes sociais. De acordo com a advogada Talitha Camargo da Fonseca, que representa o repatriado, o número de ameaças já passa de 200.

"Essas mensagens têm enquadramento criminal e injúria racial, xenofobia, ameaça de execução, calúnia, difamação e perseguição, porque algumas mensagens vieram mais de uma em sequência, em dias seguidos", detalhou a advogada, especializada em Direito Internacional e Direitos Humanos.

Segundo a Talitha da Fonseca, circulam na internet vídeos com recortes do momento em que Hasan Rabee desembarcou na Base Aérea de Brasília junto a outros repatriados de Gaza, quando foram recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros.

"Há vídeos perigosos porque eles trazem, para além da figura do Hasan, recortes e montagens do Hasan em momentos em que ele chega em solo nacional. São fotos dele com o presidente Lula, fotos dele com os ministros. Isso é de uma gravidade gigantesca, porque só prova a polarização desse país, e só prova o quanto a nossa sociedade está doente", afirmou.

Hasan Rabee, 30 anos, ficou conhecido por divulgar vídeos e mensagens mostrando os bombardeios na Faixa de Gaza, estragos e as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros para conseguir água, comida e sair da região do conflito entre Israel e Hamas.

Para a advogada, é uma situação absurda que Hasan e a família, após o sofrimento enfrentado em Gaza, serem expostos a outros tipos de violência no Brasil.

"É inadmissível imaginar que vítimas de guerra chegando ao país têm que enfrentar uma nova guerra contra discurso de ódio", disse.

PROTEÇÃO

Talitha da Fonseca apresentou um pedido para que Hasan seja incluído no Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos.

A advogada informou ter recebido informação de que o caso de Hasan já está em análise. O ministério divulgou na tarde de ontem nota explicando como é o acesso aos programas de proteção de cidadãos e as etapas para a inclusão. Os nomes dos protegidos não são revelados. "O MDHC reforça a posição de que são condenáveis todas as manifestações de ódio ou ameaça, sejam elas contra quem for. Não há lugar para o antissemitismo, islamofobia ou qualquer tipo de preconceito ou discriminação", diz em nota.

Hasan e a família receberão apoio psicológico pelo Institui Pró-Vítima, em São Paulo, onde vivem.

FALTA DO QUE FAZER

Bolsonaristas viajam com 'dinheiro público' para fazer picaretagem nos EUA

RAYANDERSON GUERRA/AE

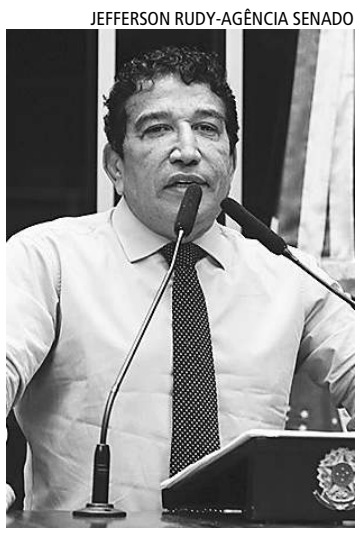
Deputados e senadores brasileiros bolsonaristas estão em comitiva em Washington, capital dos Estados Unidos, para, segundo eles, denunciar arbitrariedades do sistema judiciário brasileiro e supostas violações de liberdade de expressão no Brasil. Liderados pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), os parlamentares foram recebidos por George Santos, deputado do Partido Republicano que é acusado de roubo de identidade de pessoas e de fazer pagamentos com cartões de crédito de seus doadores sem sua autorização, e por Marjorie Taylor Greene, deputada americana apontada como representante do grupo QAnon, que propaga desinformação no país.

George Santos é um congressista republicano de origem brasileira e se declarou inocente em tribunal americano, no fim de outubro deste ano, das acusações adicionais apresentadas pela justiça americana por roubo de identidade e dar falso testemunho à Comissão Federal de Eleições (FEC), segundo fontes judiciais ouvidas pela agência de notícias AFP.

Em maio, ele havia se declarado inocente de sete acusações de fraude eletrônica, três de lavagem de dinheiro, uma de roubo de fundos públicos e duas por declarações materialmente falsas à Câmara de Representantes.

A comitiva de parlamentares brasileiros é formada pelos senadores Magno Malta (PL-ES), Jorge Seif (PL-SC) e Eduardo Girão (Novo-CE) e os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG), Altineu Côrtes (PL-RJ), Delegado Ramagem (PL-RJ), Júlia Zanatta (PL-SC), Capitão Alberto Neto (PL-AM) e Gustavo Gayer (PL-GO).

JEFFERSON RUDY-AGÊNCIA SENADO



8 DE JANEIRO

PGR pede homologação de 12 acordos com investigados por atos golpistas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) 12 acordos de não persecução penal a favor de investigados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. O grupo é acusado de incitação dos atos.

Para assinar o acordo e não serem processados pela PGR, os acusados confessaram os crimes e se comprometeram a pagar multas que variam de R$ 5 mil a R$ 20 mil, prestar serviços à comunidade e participar de um curso sobre democracia, além de ter sido proibidos de usar sociais.

Os acordos precisam ser homologados pelo relator dos processos do 8 de janeiro no STF, ministro Alexandre de Moraes, para ter validade.

Cerca de 1,1 mil denunciados têm direito ao acordo por serem acusados de incitação aos atos.

Os investigados que participaram dos atos de depredação do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e da sede do Supremo não terão direito ao benefício.

Pelo acordo de não persecução penal, acusados de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça e com pena mínima de quatro anos podem confessar os crimes em troca de medidas diversas da prisão, como reparação do dano provocado, entrega dos bens que são frutos do crime, pagamento de multa e prestação de serviços à comunidade.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 9ª (NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO COM LASTRO DIVERSIFICADO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 9ª (Nona) Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade securitizadora com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com filial na Cidade e São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), em consonância com o disposto na cláusula 24 do *Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 9ª (Nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 07 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem, no mínimo, 50% mais um dos CRA em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas 80% dos Titulares dos CRA em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Autorizar a amortização extraordinária dos CRA, no valor de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação da Valoriza ("Amortização Extraordinária") com a utilização dos recursos disponíveis na conta do Patrimônio Separado, com a consequente exclusão da Cláusula 16.2.6 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série única da 9ª (Nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização com Lastro Diversificado ("Termo de Securitização"); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, em contrapartida à realização da Amortização Extraordinária, autorizar o pagamento de um prêmio equivalente a 1% (um por cento) do valor da Amortização Extraordinária ("Prêmio"), a ser pago no mesmo dia da realização da Amortização Extraordinária; e (iii) Autorizar a Securitizadora em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos, celebrarem e aditarem todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA VALORIZA", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 17 de novembro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade securitizadora com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n. 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), em consonância com o disposto na cláusula 16 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 06 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar a alteração da cláusula 5.9.2 do Termo de Securitização a fim de prever que o Fundo de Liquidez deverá ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, passando, portanto, a ter a seguinte redação: "5.9.2. O Fundo de Liquidez deverá, a qualquer tempo, ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, incluindo amortização programada ("Montante Mínimo do Fundo de Liquidez"). Toda vez que, por qualquer motivo, os recursos do Fundo de Liquidez venham a ser inferiores ao Montante Mínimo do Fundo de Liquidez, o Devedor estará obrigado a depositar recursos na Conta do Patrimônio Separado em montantes suficientes para a recomposição do referido limite, em até 20 (vinte) dias contados do envio de prévia comunicação, pela Securitizadora, neste sentido. Caso o Devedor não deposite o montante necessário para o cumprimento da obrigação acima estipulada, no prazo ali previsto, tal evento será considerado como inadimplemento de obrigação pecuniária pelo Devedor e o sujeitará às mesmas penalidades de qualquer inadimplemento pecuniário, conforme previstas neste instrumento, inclusive Encargos Moratórios." (ii) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação do item acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SAN GERARDO", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 16 de novembro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. Noite de céu limpo. Manhã Tarde Noite 41º 25º 85% 05:03 18:14

PESQUISA

Produção industrial do Rio de Janeiro cresce 3,1% em setembro

A produção industrial do Estado do Rio de Janeiro cresceu 3,1%, acima da média nacional (0,1%) na passagem de agosto para setembro. É o segundo maior crescimento do país no mês. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional divulgada pelo IBGE na na quarta-feira passada.

"Nos últimos anos, o Governo do Rio trabalhou por leis modernas e ágeis. Retomamos também o processo de avaliação da concessão de incentivos fiscais. Estas ações têm permitido dotar o Estado de algo fundamental para o empresariado, que é a segurança jurídica para investir no território fluminense", avalia o governador Cláudio Castro.

De acordo com o IBGE, na comparação anual (setembro de 2022 ante setembro de 2023), o crescimento registrado foi de 8,5%. Com isso, a produção industrial fluminense acumula, nos últimos 12 meses, alta de 5,3% e, nos nove primeiros meses do ano, de janeiro a setembro, alta de 4,4%. O desempenho foi impulsionado, sobretudo, pela produção da cadeia de petróleo e gás: indústria extrativa e derivados do petróleo e biocombustíveis.

"Estamos disponibilizando todas as ferramentas para promover o desenvolvimento, a competitividade da indústria fluminense e a reindustrialização do estado, alavancando investimentos que gerem emprego e renda para a população", destaca o secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinicius Farah.

DE OLHO NO EL NIÑO

Rio anuncia plano de alerta para o verão

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A prefeitura do Rio de Janeiro anunciou, ontem, detalhes no Plano Verão 2023/24, que reúne uma série de medidas para evitar e/ou minimizar efeitos de temporais. Uma das principais preocupações das autoridades municipais é a combinação entre mudanças climáticas e as consequências do fenômeno climático El Niño - aquecimento anormal das águas da porção leste da região equatorial do Oceano Pacífico. "A gente pode ter extremo de chuva ou extremo de calor na Região Sudeste. É para isso que a cidade do Rio está se preparando, para os extremos", disse o chefe executivo do Centro de Operações Rio (COR), Marcus Belchior.

O COR é uma ampla sala de controle que monitora o funcionamento da cidade e oferece respostas operacionais para diversas situações, articulando órgãos públicos e privados.

A prefeitura apresentou um levantamento que mostra que a frequência e intensidade de eventos críticos vêm se agravando nas últimas décadas. Apesar de o verão começar em dezembro e terminar em março, o plano municipal de alerta engloba ações que vão de novembro até abril de 2024. De acordo com a prefeitura, desde 2021 foram investidos R$ 2,1 bilhões em tecnologia, prevenção e resposta a danos causados por tempestades.

SIRENE

Uma novidade em relação a anos anteriores é que os alto-falantes instalados em 103 comunidades – que acionam sirenes quando há situação de risco – também reproduzirão avisos por meio de mensagens gravadas, para melhor orientar os moradores.

O prefeito Eduardo Paes fez um apelo para que as pessoas respeitem os alertas sonoros. "Quando aquela sirene toca, ela serve para alertar a população, não vem de um achismo, são dados objetivos, índices pluviométricos, características daquele solo, daquela área, tempo de chuva... Nós precisamos e queremos salvar vidas da cidade", disse Paes. A Defesa Civil treinou quase 800 agentes comunitários nas áreas de risco e fez testes simulados em 85% das comunidades com sirenes.

No conjunto de itens de tecnologia que estarão à disposição da prefeitura para lidar com os eventos extremos figura um radar meteorológico que começará a funcionar em dezembro. Será o segundo da cidade. Uma vantagem é que o novo equipamento não é afetado por áreas de sombra, ou seja, partes que não consegue monitorar. "O primeiro radar só tem a visão horizontal, não tem a vertical. Com a implantação desse novo radar, a gente consegue ter uma previsão mais no detalhe. Eu tenho capacidade de ver o granizo, tamanho e intensidade da nuvem. Em complementação ao software de [monitoramento de] raios, nos dá mais assertividade na previsão. É uma evolução tecnológica", explicou o chefe do COR.

Fazem parte do pacote de reforços tecnológicos 3,5 mil câmeras de monitoramento, contra 2 mil no ano passado. A prefeitura tem ainda uma parceria com a Agência Espacial Americana (Nasa) para modelos de análise de risco de deslizamentos e para previsão de enchentes em curtíssimo prazo.

RIOS E ÁRVORES

Participaram da elaboração do plano 30 órgãos municipais. A prefeitura informou ter alcançado em 2023 um recorde de desassoreamento de rios da cidade. Foram retiradas 555 mil toneladas de material dos rios, 10% a mais que no ano passado.

"O número de podas por ano quase que dobrou, passamos de 78 mil para 150 mil. Esse serviço é importante porque, nos dias de fortes chuvas, muitas árvores caem, derrubam postes, fecham o trânsito, dando um trabalho muito grande", afirmou o presidente da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), Flávio Lopes. "Nenhum desses investimentos nos traz a imunidade ou a certeza de que não teremos alagamento nas cidades. Teremos alagamento, pedimos atenção das pessoas", afirmou Paes, que pediu mais conscientização para que as pessoas não joguem lixo nas ruas e nos rios.

ESTÁGIOS

A partir desta quinta-feira, a prefeitura do Rio alterou a classificação dos estágios operacionais, com o objetivo simplificar o entendimento dos cariocas.

A nova gradação substitui os nomes (normalidade, mobilização, atenção, alerta e crise) por números. Sendo assim, o município passa a ter estágios de 1 até 5, em que o 1 é a cidade operando em condição normal, e o 5 é o cenário mais crítico.

Na semana em que grande parte do Brasil, inclusive o Rio de Janeiro, tem experimentado uma onda de calor, o prefeito comentou sobre os ônibus municipais que ainda circulam sem ar refrigerado.

Ele citou que a Justiça autorizou a continuidade de uma política da prefeitura que corta subsídios pagos às concessionárias responsáveis por coletivos que trafegam sem climatização.

MAU-CARATISMO

'Pelas costas', Biden chama Xi Jinping de ditador

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, reiterou para a imprensa, na quarta-feira passada que o presidente da China, Xi Jinping, é "um ditador". A declaração foi dada momentos depois de uma reunião de Biden com o Xi que durou mais de quatro horas - a primeira conversa entre os líderes em um ano.

"É um termo que usávamos antes. Ele (Xi) é um ditador no sentido de que é um cara que dirige um país comunista, que se baseia numa forma de governo completamente diferente da nossa", respondeu Biden ao ser questionado por um repórter se ele ainda considerava Xi um ditador. EUA e China concordam em substituir combustíveis fósseis aumentando as energias renováveis.

A China condenou as declarações. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning, disse: "este tipo de discurso é extremamente errado e é uma manipulação política irresponsável". "Devo salientar que há sempre pessoas com segundas intenções que tentam semear a discórdia para arruinar as relações entre os Estados Unidos e a China e, neste caso, também não terão sucesso", acrescentou o responsável.

Biden e Xi reuniram-se em São Francisco, na Califórnia, à margem de uma cimeira de Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC). Ambos os líderes concordaram em restabelecer as comunicações militares em um esforço para diminuir as tensões.

FALTA DE CONSENSO

Comissão Europeia prorroga uso do glifosato por mais 10 anos

A Comissão Europeia prolongou por mais 10 anos a licença para o uso do glifosato na União Europeia (UE), após os 27 países-membros não conseguirem entrar em consenso mais uma vez. Representantes dos Estados não chegaram a uma decisão no mês passado, e uma nova votação por um comitê de apelação foi novamente inconclusiva ontem. O agroquímico, amplamente utilizado no bloco, tinha aprovação no mercado da UE até meados de dezembro.

A extensão de 10 anos proposta pela Comissão Europeia exigia uma "maioria qualificada", definida como 55% dos 27 membros representando pelo menos 65% da população total da UE, de cerca de 450 milhões de pessoas. Com a abstenção de diversos países, esse número não foi alcançado.

Em virtude do impasse, o braço executivo da UE afirmou que vai endossar sua própria proposta e renovar a aprovação com novas condições.

"As restrições incluem a proibição do uso pré-colheita como dessecante e a necessidade de medidas específicas para proteger organismos que não são alvo", afirmou em comunicado.

Na última década, o glifosato, usado em produtos como o Roundup, tem sido alvo de debates científicos sobre seus efeitos no meio ambiente e na saúde humana. O herbicida foi introduzido pela Monsanto em 1974 como uma maneira eficaz de matar ervas daninhas A Bayer comprou a Monsanto por US$ 63 bilhões em 2018 e tem lidado com reivindicações e processos relacionados ao Roundup. Em 2020, a empresa disse que pagaria até US$ 10,9 bilhões para resolver cerca de 125 mil reivindicações.

Em 2015, A Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer, com sede na França, e parte da Organização Mundial da Saúde, classificaram o glifosato como "provável carcinógeno humano".

No entanto, a agência de segurança alimentar da UE abriu caminho para uma extensão de 10 anos ao afirmar em julho que "não identificou áreas críticas de preocupação" no uso do glifosato.

DOCK BRASIL ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A
CNPJ: 09.586.433/0001-45
AUDITORIA AMBIENTAL

A DOCK BRASIL ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A, torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 30/10/2023 o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do período de 2022/2023, para base de apoio para atracação de diques flutuantes com atividade de reparo naval, atracação de pequenas embarcações para reparo naval interno, estocagem de materiais e equipamentos afins, guarda de pequenas embarcações em solo e gerenciamento de resíduos, e informa que este estará à disposição para consulta Rua Manuel Duarte, s/n, lotes 5 e 6 - Gradim - São Gonçalo, no período 01/12/2023 02/08/2024 estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo PD- 07/014.423/2017)

Pulsar Brasil Telecomunicações Ltda.
CNPJ/MF nº 14.560.935/0001-37 - NIRE 33.2.0901687-3
Instrumento Particular de 7ª Alteração ao Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, **1) Pulsar Brasil Satélites Ltda.**, com sede no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF nº 08.512.319/0001-08, representada por Patrick de Pelucio, brasileiro, casado, contador; e **2) Pivotel Europe B.V.**, com sede em 282 Dettifossstraat, 1363BX Almere, Países Baixos, CNPJ/MF nº 21.576.248/0001-75, representada por Patrick de Pelucio; únicas sócias de **Pulsar Brasil Telecomunicações Ltda.**, com sede em Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF nº 14.560.935/0001-37. **Deliberações aprovadas: 1.** A sócia **Pulsar Brasil Satélites Ltda.**, titular de 216.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, das quais 73.961 estão integralizadas e 142.039 estão pendentes de integralização, neste ato, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, conforme contrato de investimento celebrado em instrumento em separado, 2.159 quotas pendentes de integralização, com todos os direitos e obrigações que lhes são inerentes, à **Ceres Participações Ltda.**, com sede em Nova Lima/MG, CNPJ/MF nº 51.473.925/0001-90, representado por Flávio Victor Câmara, brasileiro, casado, administrador de empresas, que ora ingressa como sócia da Sociedade. **2.** A sócia **Pivotel Europe B.V.**, titular de 24.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, das quais 1.885 estão integralizadas e 22.115 estão pendentes de integralização, neste ato, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, conforme contrato de investimento celebrado em instrumento em separado, 240 quotas pendentes de integralização, com todos os direitos e obrigações que lhes são inerentes, à **Ceres Participações Ltda.**. **3.** Os sócios resolvem transformar o tipo societário da Sociedade para sociedade por ações. **4.** Os sócios aprovam a conversão das 240.000 quotas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 cada e valor total de R$ 240.000,00, em 240.000 ações nominativas e sem valor nominal, à razão de 1 quota para 1 ação, sendo 239.800 ações ordinárias, 100 ações preferenciais classe A e 100 (cem ações preferenciais classe B, pelo preço de emissão de R$ 1,00) por ação. O capital social e a participação de cada sócio permanecem inalterados. **4.1.** As ações ora emitidas são subscritas pelos sócios conforme boletins de subscrição. **4.2.** As Ações ordinárias são nominativas e sem valor nominal. Cada Ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das assembleias gerais da Sociedade. **4.3.** As Ações Preferenciais Classe A são nominativas e sem valor nominal e têm as seguintes características: (i) ausência de direito de voto; (ii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; e (iii) direito a um dividendo fixo cumulativo igual a 100% do resultado da operação da Sociedade de fornecimento de antenas StarLink a clientes PJPs (conforme definidos em Acordo de Acionistas), sem direito de participar do restante do lucro líquido do exercício. **4.4.** As Ações Preferenciais Classe B são nominativas e sem valor nominal e têm as seguintes características: (i) ausência de direito de voto; (ii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; e (iii) direito a um dividendo fixo cumulativo igual a 100% do resultado da operação da Sociedade de fornecimento de antenas StarLink a clientes captados por meio da relação de distribuição da Sociedade com a Prime Field Tecnologia no Campo EIRELI, CNPJ/MF n.º º 26.310.047/0001-45, ou seus sucessores ("***Clientes Prime Field***") sem direito de participar do restante do lucro líquido do exercício. **4.5.** Caso não haja lucro líquido suficiente para o pagamento do dividendo das Ações Preferenciais Classe A ou Classe B, proceder-se-á da seguinte forma: (i) se o resultado da operação de fornecimento de antenas StarLink para clientes PJPs for zero ou negativo, apenas as Ações Preferenciais Classe B receberão seus dividendos e, se não receberem todo o dividendo a que fariam jus, as Ações Preferenciais Classe B receberão a diferença à medida em que a Sociedade puder distribuir dividendos, com preferência sobre qualquer outra Ação; (ii) se o resultado da operação de fornecimento de antenas StarLink para Clientes Prime Field for zero ou negativo, apenas as Ações Preferenciais Classe A receberão seus dividendos e, se não receberem todo o dividendo fixo a que fariam jus, as Ações Preferenciais Classe A receberão a diferença à medida em que a Sociedade puder distribuir dividendos, com preferência sobre qualquer outra Ação; (iii) se o resultado da operação de fornecimento de antenas StarLink a clientes PJPs e também o resultado da operação de fornecimento de antenas StarLink a Clientes Prime Field forem positivos, porém o lucro líquido disponível para distribuição não for suficiente para o total pagamento do dividendo das Ações Preferenciais de Classe A e de Classe B, cada classe receberá um valor proporcional ao dividendo a que faria jus e receberá as diferenças à medida em que a Sociedade puder distribuir dividendos, sempre proporcionalmente. Enquanto os dividendos que seriam devidos em um determinado período não forem inteiramente pagos, não se pagarão os dividendos relativos aos períodos subsequentes. **5.** Os sócios aprovam a alteração da denominação social da Sociedade para **Pulsar Brasil Telecomunicações S.A. 6.** Aprovada a criação do conselho de administração, a ser constituído por até 4 membros eleitos para um mandato de 2 anos, permitida a reeleição. **6.1.** Eleger, para compor o conselho de administração, (i) Robert Sakker, australiano, casado, executivo, portador do passaporte australiano nº RA2179524; e (ii) Flávio Victor Câmara, acima qualificado. Robert Sakker exercerá as funções de presidente do conselho de administração. Os conselheiros ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse. **7.** Os sócios aprovam o novo estatuto social. **8.** Os sócios resolvem não instalar o Conselho Fiscal. Nada mais. RJ, 01/09/2023. JUCERJA nº 33300350926, 00005727875, 04/10/2023; Protocolo: 00-2023/728301-8, 18/09/2023. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

HOSPITAL PLACI BARRA LTDA. - CNPJ: 45.936.046/0001-55, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico – SMDUE, através do processo EIS-PRO-2021/02952, Licença Ambiental Municipal para a operação (LMO) de atividade hospitalar na Avenida Luis Carlos Prestes 180 – Barra da Tijuca – CEP 22775-055.

EMDA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
CNPJ 09.178.763/0001-00.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Sócios: São convidados os senhores cotistas da EMDA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de sócios cotistas, no endereço Rua Sete de Setembro, 48, Sala 1.202, Centro/RJ no dia 27/11/2023, às 11:00hs, ou em formato virtual, através de Link a ser disponibilizado via e-mail e grupos de aplicativos de mensagens instantâneas, para as seguintes ordens do dia: a) Apresentação de relatórios financeiros da empresa; b) Assuntos de interesse geral. RJ, 16/11/2023. Ivan Bloch - Sócio Diretor

DOCK BRASIL ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A
CNPJ: 09.586.433/0001-45
AUDITORIA AMBIENTAL

A DOCK BRASIL ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A, torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 30/10/2023 o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do período de 2022/2023, para operar dique flutuante, atracado em bases operacionais ou em outros estaleiros licenciados no Estado do Rio de Janeiro, para serviços de reparos navais e para operações de docagem e desdocagem de embarcações, e informa que este estará à disposição para consulta Rua Manuel Duarte, s/n, lotes 5 e 6 - Gradim - São Gonçalo, no período de 01/12/2023 a 02/08/2023, no horário das 9h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo PD-07/014.497/2018)

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIREFEIÇÕES-RJ.
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Edital de convocação

O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente, através de seu Presidente, CONVOCAR, todos os trabalhadores que prestam serviços nas Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), Lanchonetes, Pizzarias, Restaurantes a quilo, Restaurantes com rapidez no preparo e no seu atendimento (Auto Atendimento) e Gastronomia de todo o Estado do Rio de Janeiro, sejam ou não associados, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 23 de novembro de 2023, na Sede Escola do SindiRefeiçõesRJ sito à Rua Carlos Chambelland, 256, Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ, ocorrendo em primeira convocação com quórum legal, às 08 horas e 30 minutos e, em segunda e última convocação, às 09 horas, com qualquer número de trabalhadores participantes da assembleia, e, em continuidade nas portarias das Empresas e das Lojas dos segmentos citados acima em todo o Estado do Rio de Janeiro, conforme prevê o Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação, ou Não, da contra proposta apresentada pelo sindicato patronal e as empresas para estabelecer a CCT de 2024/2025 e b) Autorizar ou não a diretoria do sindicato para celebrar e assinar a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2023. **OZIEL ROMUALDO DE PAULA. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIREFEIÇÕES – RJ.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIREFEIÇÕES-RJ.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, por seu Presidente, vem pelo presente EDITAL, **CONVOCAR**; os Trabalhadores da Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, de fornecimento de Refeições Prontas ou Congeladas, que sejam Confeccionadas dentro da Empresa contratante ou em unidade fora para serem Transportadas, Trabalhadores em Empresas de Fornecimento de Ticket's, Vales Refeições, refeições a quilo, Cestas Básicas ou similares, Trabalhadores em Empresas de Refeições para serem servidas à Bordo das Aeronaves, Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), lanchonetes e Trabalhadores em Cozinhas Industriais e Afins do Estado do Rio de Janeiro, sejam associados ou não do sindicato, com base no Estatuo Social do SindiRefeições-RJ, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, com base no Estatuto Social e em conformidade com as portarias 3472 e 3543 do MTE, a realizar-se no dia 18 de dezembro de 2023, a votação será por escrutínio secreto, na Rua Carlos Chambelland, nº 256, Bairro Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ e em Continuidade nas portarias das Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições Convênio, Cestas Básicas em todo Estado do Rio de Janeiro. Ocorrendo em primeira convocação, com quórum legal às 09 horas e 30 minutos e, em segunda e última convocação às 10 horas e continuidade, com qualquer número de trabalhadores presentes, para deliberarem sobre as seguintes Ordem do Dia: 1 – Aprovação da Alteração Estatutária sem Alteração de Base Territorial e de Representação da Categoria e 2 – Mudança do endereço da Sede do SindiRefeições-RJ. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2023. Oziel Romualdo de Paula – Presidente.